

Angola

Uma nova parceria - o papel da sociedade civil

Manuel J. Paulo

É necessário trabalhar mais para fazer passar o conceito da NEPAD em Angola. É preciso que os dadores apoiem as ONG's e a sociedade civil na tarefa de colocar o tema na agenda interna. Angola está a sair de um período de vinte e sete anos de guerra civil. Tem reservas de petróleo, diamantes e outros recursos minerais mas continua a ser uma das nações mais pobres de África em termos de desenvolvimento económico, social e humano. A guerra é apontada como causa para o subdesenvolvimento, mas a deficiente gestão económica, agravada por uma corrupção endémica, também têm responsabilidades.

A guerra civil acabou, mas as profundas divisões sociais, a corrupção endémica e a devastada infraestrutura económica mantêm-se. A reconstrução será um imenso desafio: é necessário resolver o problema de 4,2 milhões de deslocados internos e 500.000 refugiados – isto, para além da necessidade de reintegrar antigos combatentes na sociedade e de combater os terríveis níveis de pobreza.

Os actuais indicadores sociais de Angola são esclarecedores. Em 2000, o país ficou em 160 lugar no total de 174 países constantes do relatório do desenvolvimento humano das Nações Unidas e 50% da população é analfabeta. Só 15% da população tem acesso a cuidados de saúde e um terço tem água potável. 42% das crianças têm problemas de subnutrição (ver IMF 2002:5).

É neste contexto que se analisam as forças e fraquezas da sociedade civil angolana, para tentar perceber qual o papel que pode desempenhar no Mecanismo de Revisão pelos Pares da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (*New Partnership for Africa Development's – NePAD*).

A boa governação e a gestão económica eficiente estão no centro da Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano. O Mecanismo de Revisão pelos Pares é uma iniciativa da NEPAD que tem como objectivo influenciar a boa governação e o desenvolvimento económico. Através deste mecanismo, procura-se que os governos africanos se tornem menos dependentes das condicionalidades dos dadores e a NEPAD implica que os governos aceitem políticas participativas, o debate de ideias e a existências de visões

distintas. Pretende-se que haja uma participação dos cidadãos com os ambiciosos objectivos de reduzir a pobreza absoluta até 2015 e de assegurar um crescimento de 7% anual do PIB nos próximos 15 anos.

Muitos programas económicos para África falharam devido à pouca atenção que prestaram às necessidades básicas da população. Em Angola, a exclusão social, a injustiça, a intolerância, são razões centrais para a estagnação social e económica. Como afirma Waal, “No centro da NEPAD está o reconhecimento que os governos africanos têm que desenvolver uma governação democrática e eficiente. Sem capacidade institucional e participação popular, fluxos adicionais de recursos para o continente serão inúteis”(2002:471). Em Angola, a NEPAD enfrenta um desafio acrescido, pois a sociedade civil angolana é fraca, está dividida e pouco informada sobre a iniciativa.

Em Angola existem mais ONGs do que partidos políticos, e muitos grupos locais desempenham tarefas governamentais no domínio da educação e da agricultura. A maioria das associações cívicas enfrenta grandes desafios: a incapacidade humana, agravada pela condicionalidade dos dadores. Os grupos da sociedade civil angolana são muito dependentes do financiamento externo, e são condicionados pelas exigências dos dadores. Alguns destes grupos cívicos são mais a base para a subsistência diária do que plataformas de acção de causas sociais. Por outro lado, muitos dos proeminentes membros da sociedade civil angolana têm ambições políticas ou dependentes da actual liderança política para a sua própria subsistência – o que compromete a sua capacidade de pressão sobre o governo.

O governo é mais flexível em relação a organizações lideradas por antigos membros do partido, como um inimigo leal, que deseja uma mudança moderada. “É comum em África que a sociedade civil não se diferencie tanto do Estado como no ocidente, mas isso não significa que não lute pela mudança” (Howen 2001:33). Por outro lado, a maioria das organizações da sociedade civil angolana têm uma reduzida cultura democrática interna e uma ainda menor *accountability*. Assim, os doadores externos não têm confiança nos grupos, o que ainda se agrava mais com a falta de competências para o desenvolvimento de programas aceitáveis.

Mesmo assim, alguns grupos cívicos locais já demonstraram a sua competência, conseguindo ganhar a confiança da comunidade de dadores. A sociedade civil angolana tem que apoiar as comunidade destruídas para facilitar o processo de reconciliação e

reconstrução nacional e alcançar uma melhor distribuição da riqueza. Para mudar os actuais indicadores sociais, a sociedade angolana tem que se envolver mais com o governo nas políticas de desmobilização, reintegração e reinstalação. Simultaneamente, a reconciliação nacional só pode ser alcançada com a coexistência da diversidade étnica.

A NEPAD não tem sido uma prioridade da sociedade civil angolana, que está pouco informada sobre a iniciativa. Os meios de comunicação estatais, e mesmo a imprensa independente, fazem-lhe poucas referências. O governo parece preferir não falar no assunto, pois o seu enfoque na boa governação e na revisão pelos pares podem tornar-se incómodos. Por outro lado, a iniciativa é vista com suspeita, como sendo mais uma iniciativa liderada pela África do Sul. A oposição política, surpreendentemente, também pouco se refere à NEPAD, seja por ignorância ou porque o tema não tem impacto interno.

A NEPAD deveria ser publicamente liderada, mas a ministra angolana do Planeamento argumentou que “a NEPAD representa uma nobre visão para responder aos problemas sociais e económicos africanos. Sugere caminhos para o desenvolvimento do continente e para a sua integração na economia mundial. Mas os diferentes países têm diferentes realidade. Assim, cada país deverá criar, no quadro da NEPAD, uma estratégia publica e privada autónoma, com base nas ineficiências e na falta de capacidade de cada um”. É espantosa a ausência de referência à NEPAD em recentes discursos importantes do Presidente e dos governantes.

É um dramático contraste com a vontade expressa por alguns países ocidentais que querem que Angola se empenhe na NEPAD. Em reuniões bilaterais, o Reino Unido, o Canadá e a Suécia têm encorajado uma participação activa de Angola na NEPAD. As ONGs internacionais também têm tentado fazer aumentar a importância da iniciativa em Angola.

É evidente que é necessário trabalhar mais para fazer passar o conceito da NEPAD em Angola. É preciso que os dadores apoiem as ONGs e a sociedade civil na tarefa de colocar o tema na agenda interna. Simultaneamente, é também central que haja uma maior pressão junto do governo angolano, não só dos países ocidentais, mas também por parte de países africanos como a Costa do Marfim, a Argélia ou a Nigéria, os pilares não sul-africanos desta iniciativa.

Angola ocupa actualmente a presidência da SADC, e será membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas nos próximos dois anos. Tem ambições

regionais e procura melhorar a sua imagem internacional. Se Luanda abraçar e se empenhar nos princípios da NEPAD, as possibilidades de alcançar uma paz duradoura serão muito maiores.

A sociedade civil tem um papel neste processo, pressionando o governo para que enfrente a pobreza e a cultura institucional de corrupção, exigindo responsabilidade e transparência. Em Angola, o mecanismo de revisão pelos pares só pode funcionar se existir uma parceria entre o governo e a sociedade civil e se o conhecimento da NEPAD se alargar para lá de Luanda.